

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.338 - DF (2019/0203651-6)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : YURI HERMANO TAVARES DE BRITO
ADVOGADOS : MANOEL ÁGUIMON PEREIRA ROCHA - DF027230
CLEANDRO ARRUDA DE MORAIS E OUTRO(S) -
DF060780
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por **YURI HERMANO TAVARES DE BRITO**, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**, nos autos do **Writ n. 0709804-18.2019.8.07.0000**.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática, em tese, do crime previsto no art. 122, parágrafo único, I, c.c. o art. 61, II, 'd' e 'f', ambos do Código Penal (fls. 22-25), tendo a denúncia sido recebida pelo d. Magistrado de 1º grau em 6/3/2018 (fl. 84).

Irresignada, a Defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal de origem, objetivando o trancamento da ação penal, mas a ordem foi denegada (fls. 425-431). Eis a ementa do v. acórdão:

"HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. INDUZIMENTO AO SUICÍDIO. CAUSA DE AUMENTO. MOTIVO EGOÍSTICO. PRESENÇA DE JUSTA CAUSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA.

1. O trancamento da ação penal pela via estreita do habeas corpus é medida excepcional, reclamando do impetrante a prova inequívoca da inocência do acusado, da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, o que não se percebe na hipótese.

2. Para o acolhimento da tese defensiva, em sede de habeas corpus, imperiosa seria a demonstração de plano da ausência de justa causa, o que não ocorre na espécie. 2.1. Ao final da instrução o d. Juízo da origem deverá adotar alguma das providências constantes dos arts. 413 e seguintes, do CPP

Superior Tribunal de Justiça

(pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação).

3. Ordem denegada."

Daí o presente **writ**, no qual a Defesa reitera as alegações vertidas na origem sustentando, em suma, ausência de justa causa para a propositura da **Ação Penal n. 2017.07.1.007860-8**.

Alega fragilidade probatória para a imputação delitiva, bem como a ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva.

Salienta que o órgão ministerial arrolou testemunha que sequer estava na cidade à época dos fatos.

Destaca que a pretensa vítima atribui ao insurgente o seu acidente e que demorou quase seis meses para ela apontar quem supostamente a teria induzido a cometer suicídio.

Elenca diversas contradições oriundas das declarações da ofendida.

Pretende, ao final, liminarmente, o sobrestamento do processo criminal, inclusive da audiência prevista para 21/8/2019, até o julgamento final deste recurso. No mérito, pugna pelo conhecimento e provimento deste recurso para que seja determinado o trancamento da **Ação Penal n. 2017.07.1.007860-8**.

Pedido de sustentação oral à fl. 451.

O pleito liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 475-476.

Informações prestadas às fls. 478-522.

O Ministério Público Federal, às fls. 526-532, manifestou-se pelo desprovimento do recurso, em parecer com a seguinte ementa:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECORRENTE DENUNCIADO NAS PENAS DO ART. 122, PARÁGRAFO ÚNICO, I, C/C ART. 61, II, "D" E "F", AMBOS DO CP. PLEITO DE TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. PRESENÇA DE JUSTA

Superior Tribunal de Justiça

CAUSA. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. HOMENAGEM AO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE. PRECEDENTES DESSE STJ.

PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO."

É o relatório.

Decido.

Consigne-se, **ab initio**, que o trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, **de plano**, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, **inépcia da exordial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de indícios mínimos de autoria ou de prova de materialidade.**

No presente caso, busca-se o trancamento da **Ação Penal n. 2017.07.1.007860-8** ao argumento, em síntese, da ausência de justa causa para sua propositura.

No que concerne à justa causa, ressalte-se que o trancamento da ação somente se justifica se configurada, de plano, por meio de prova pré-constituída, diga-se, **a inviabilidade da persecução penal.**

A liquidez dos fatos, cumpre ressaltar, **constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa**, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do **habeas corpus** ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe **ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.**

Com efeito, segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de **indícios mínimos** de autoria. Não é exigida certeza, que a toda evidência somente será comprovada ou afastada durante a instrução probatória. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do **in dubio pro societate**:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. DENÚNCIAÇÃO CALUNIOSA. PRATICADA

Superior Tribunal de Justiça

POR AGENTE QUE SE SERVE DE ANONIMATO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURADA. ART. 41 DO CPP ATENDIDO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO COMPROVAÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA PRESENTES. AUSÊNCIA DE DOLO. NEGATIVA DE AUTORIA. APROFUNDADO EXAME DO ACERVO PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA DO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ILEGALIDADE NÃO CONFIGURADA. DECISÃO QUE ANALISA A RESPOSTA ESCRITA. FUNDAMENTAÇÃO EXAURIENTE. DESNECESSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.

[...]

IV - No que concerne à justa causa para a persecução penal, ressalte-se que a liquidez dos fatos constitui requisito inafastável na apreciação da justa causa, pois o exame aprofundado de provas é inadmissível no espectro processual do habeas corpus ou de seu recurso ordinário, cujo manejo pressupõe ilegalidade ou abuso de poder flagrante a ponto de ser demonstrada de plano.

V - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.

VI - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva - de negativa de autoria - demandaria necessariamente amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário.

VII - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório.

VIII - In casu, a decisão que analisou a resposta à

Superior Tribunal de Justiça

acusação apontou a existência de indícios mínimos de materialidade e autoria necessários para a persecução penal, de forma sucinta, porém suficiente.

*Recurso em habeas corpus desprovido." (RHC 103.551/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe 19/11/2018)*

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. INQUÉRITO. LAVAGEM DE DINHEIRO. TRANCAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. EXCEPCIONALIDADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE PLANO DE POSSÍVEL CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento do inquérito por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, inócorrentes na espécie.

3. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que se termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício de futura e eventual ação penal.

4. No caso em exame, a teor do que se infere dos autos, verifica-se indícios da prática pelo paciente do delito pelo qual está sendo investigado (lavagem de dinheiro), o que demonstra a necessidade de que o inquérito policial transcorra seu curso, para a completa apuração dos fatos, com a reunião dos elementos probatórios necessários para formação da opinião delicti pelo Ministério Público.

[...]

*7. Habeas corpus não conhecido." (HC 451.905/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 09/10/2018)*

Superior Tribunal de Justiça

"PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. MATÉRIA QUE DEPENDE DE INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admite embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o disposto no art. 619 do CPP.

2. A extinção da ação penal, por falta de justa causa ou por inépcia situa-se no campo da excepcionalidade, pois somente é cabível o trancamento da exordial acusatória por meio de habeas corpus quando houver comprovação, de plano, da ausência de justa causa, seja em razão da atipicidade da conduta supostamente praticada pelo acusado, seja da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, ou ainda da incidência de causa de extinção da punibilidade.

3. A materialidade e autoria do delito, em concreto, serão aferidas no decorrer da instrução processual, porquanto não identificável de plano a participação de cada acusado, impossibilitando, assim, a absolvição sumária, ressaltando-se, ainda, que o fato de a acusação ter imputado a mesma conduta a vários denunciados não torna a denúncia genérica. Precedentes do STJ.

4. Embargos de declaração rejeitados." (EDcl no RHC 85.172/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe 31/10/2018)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ASFIXIA. CRIANÇA DE 9 MESES DE IDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. MODUS OPERANDI DELITIVO. EXCESSO DE PRAZO. DESÍDIA ESTATAL NÃO CONFIGURADA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. As instâncias ordinárias, a partir dos elementos indiciários presentes nos autos, concluíram pela existência do fumus comissi delicti necessário para a decretação da prisão

Superior Tribunal de Justiça

preventiva do Recorrente, de forma que a revisão desta premissa exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível na via estreita do recurso ordinário em habeas corpus.

2. Sendo constatada pelas instâncias ordinárias a existência de indícios de materialidade e autoria delitivas, não é possível o trancamento da ação penal pela via excepcional do habeas corpus.

3. A prisão preventiva está adequadamente fundamentada na espécie, tendo em vista que as circunstâncias concretas do delito evidenciam a necessidade da constrição cautelar para a garantia da ordem pública - asfixia de criança absolutamente indefesa (9 meses de idade).

4. Não se vislumbra na hipótese a ocorrência de desídia estatal ou retardamento injustificada da ação penal aptos a ensejar o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

5. Recurso ordinário desprovido." (RHC 99.099/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 24/09/2018)

No mesmo sentido, cito os seguintes precedentes do col. Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INOCORRÊNCIA.

1. Quando do recebimento da denúncia, não há exigência de cognição e avaliação exaustiva da prova ou apreciação exauriente dos argumentos das partes, bastando o exame da validade formal da peça e a verificação da presença de indícios suficientes de autoria e de materialidade.

2. O trancamento da ação penal na via do habeas corpus só se mostra cabível em casos excepcionalíssimos de manifestas (i) atipicidade da conduta, (ii) presença de causa extintiva de punibilidade ou (iii) ausência de suporte probatório mínimo de autoria e materialidade delitivas, o que não ocorre no presente caso.

3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC n. 1.419.18/RS AgR, Primeira Turma, Rel^a. Min^a. Rosa Weber, DJe de 19/06/2017, grifei).

"Processual penal. Agravo regimental em Habeas corpus. Posse de munição. Alegação de atipicidade da conduta. Improcedência. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

1. O trancamento da ação penal pela via processualmente restrita do habeas corpus só é possível quando estiverem comprovadas, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a evidente ausência de justa causa. Precedentes.

2. Não há possibilidade de concessão da ordem de ofício, tendo em vista que os autos não evidenciam teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder.

[...]

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (HC n. 138.157/MG AgR, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Roberto Barroso**, DJe de 19/06/2017, grifei).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ALEGADA NULIDADE DO ATO DECISÓRIO QUE SUPOSTAMENTE TERIA DETERMINADO A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COM APOIO EXCLUSIVO EM DELAÇÃO ANÔNIMA. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE FARTA DOCUMENTAÇÃO REVELADORA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DE CRIMES. INSTAURAÇÃO PRÉVIA DE INQUÉRITO POLICIAL PARA EFEITO DA VÁLIDA DECRETAÇÃO DE QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRETENDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. SITUAÇÃO DE ILIQUIDEZ QUANTO AOS FATOS SUBJACENTES AO PROCESSO PENAL. CONTROVÉRSIA QUE IMPLICA EXAME APROFUNDADO DE FATOS E CONFRONTO ANALÍTICO DE MATÉRIA PROBATÓRIA. INVIABILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE HABEAS CORPUS. PARECER DA DOUTA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA PELO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO" (AgR no RHC n. 126.420/RS **Segunda Turma**, Rel. Min. **Celso de Mello**, DJe de 15/03/2017, grifei).

Convém observar, ainda, que ausente abuso de poder, ilegalidade flagrante ou teratologia, o exame da existência de **materialidade delitiva** ou de **indícios de autoria** demanda amplo e aprofundado revolvimento fático-probatório, incompatível com a via estreita do **habeas corpus**, que não admite dilação probatória, reservando-se a sua discussão ao âmbito da instrução processual.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES DE AUTORIA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. GRAVIDADE DO CRIME. PERICULOSIDADE DA AGENTE. VINCULAÇÃO COM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. NÃO CABIMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Inicialmente, com relação às alegações de ausência de indícios de autoria, tal análise demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, sobre a existência de provas suficientes para ensejar uma possível condenação do recorrente, bem como a respeito da sua participação na empreitada criminosa, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do habeas corpus e do recurso em habeas corpus, que não admitem dilação probatória.

[...]

Recurso ordinário desprovido" (RHC 90.454/RS, Quinta Turma, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 24/08/2018).

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. INDÍCIOS DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. MODUS OPERANDI. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Para verificar se os elementos até então obtidos são suficientes para demonstrar a autoria delitiva, seria necessária ampla dilação probatória, o que é vedado na via estreita do habeas corpus.

2. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos

Superior Tribunal de Justiça

do art. 282, I e II, c/c o art. 312 do CPP.

3. O Juiz de primeiro grau, ao indeferir o pedido de liberdade ao réu, manteve a prisão preventiva para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do paciente, evidenciada pelo *modus operandi* por ele empregado - quatro agentes, todos com arma de fogo, e restrição da liberdade da vítima por duas horas, que foi colocada no porta-malas do veículo.

4. Recurso não provido" (RHC 100.760/GO, Sexta Turma, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 28/08/2018).

Firmados esses pressupostos, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão recorrido para delimitação da **quaestio** sob exame (fls. 429-430 - grifei):

"Presentes os pressupostos, admito o habeas corpus.

Como visto, o paciente YURI HERMANO TAVARES DE BRITO foi denunciado como incurso nas penas do artigo 122, parágrafo único, inciso I, c/c artigo 61, inciso II, alíneas "d" e "f", ambos do Código Penal (induzimento ao suicídio com a causa de aumento de pena por motivo egoístico), pois, no dia 21.01.2017, por volta de 10h, na QSE 9, Lote 40, em Taguatinga/DF, o denunciado teria induzido sua ex-companheira, Gilvana Rodrigues Teles, ao suicídio, restando nelas as graves lesões constates do laudo que seria oportunamente juntado.

Os impetrantes alegam que inexiste nos autos prova concreta e confiável que fundamente a deflagração da ação penal, tendo em vista que a vítima apresentou inúmeras versões sobre os fatos, as quais são nitidamente contraditórias. Sustentam que a própria vítima declara que ocorreu um acidente, "vez que ao jogar o álcool em seu corpo e pelo fato de estar muito próxima ao fogão, as chamas foram sobre ela" (ID 9021539, pág. 5).

Dizem que não consta dos autos o laudo de exame de corpo de delito realizado na vítima, e que tal documento é indispensável para a instrução criminal, nos termos do art. 158 do Código Penal.

Por outro lado, aduzem que durante a instrução processual não foi possível a oitiva da suposta vítima e das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, os quais seriam o esposo da vítima, a filha dela e uma terceira testemunha sigilosa.

Defendem, portanto, que não há razão para o prosseguimento da ação penal nº 2017.07.1.007860-8, eis que nítida a ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade da infração penal, o que, no seu entender, enseja a absolvição sumária (art. 397 do CPP), merecendo ser rejeitada a denúncia por ausência de justa causa.

Nada obstante o empenho dos impetrantes, verifica-se a presença de prova da materialidade e indícios de autoria suficientes para se concluir pela presença da justa causa apta a embasar a persecução penal.

Conquanto possível o trancamento da ação penal pela via

Superior Tribunal de Justiça

estreita do habeas corpus, trata-se de medida excepcional, reclamando do impetrante a prova inequívoca da inocência do acusado, da atipicidade da conduta ou da extinção da punibilidade, o que não se percebe de plano.

Ora, a alegada ausência de justa causa dependeria de verificação da ocorrência ou não da versão apresentada na peça acusatória, o que demanda o revolvimento de fatos e provas, sendo tal exame inviável na via estreita do habeas corpus.

Quanto à alegada imprescindibilidade do laudo de exame de corpo de delito, muito embora o art. 158 do CPP, de fato, prescreva a necessidade da realização de exame pericial quando a infração penal deixar vestígios, consta dos autos que a vítima foi encaminhada ao IML (ID 9024714, pág. 10). A realização ou não do referido exame e qual o valor probatório de tal prova dentro do contexto dos autos é matéria meritória sobre a qual é incabível o exame na via estreita deste writ.

Com efeito, as demais alegações constantes do writ, inclusive no que diz respeito à valoração das provas periciais e testemunhais, confundem-se com o mérito da ação penal e devem ser analisadas pelo Juízo a quo, na oportunidade processualmente adequada.

Ao final da instrução, caso sejam comprovadas as teses defensivas ou, em face da ausência de elementos suficientes ao prosseguimento da persecução penal, o d. Juízo a quo poderá incidir, na espécie, alguma das possibilidades dos arts. 413 e seguintes do CPP (pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação).

Desse modo, o curso da ação penal deve prosseguir, inclusive com a realização da audiência de instrução de julgamento designada para o dia 26.06.2019, às 14h (ID 9024928, pág. 9), oportunidade na qual deverá ser ouvida a testemunha A. C. R. C., cuja condução coercitiva foi determinada pelo d. Juízo da origem conforme ID 9024928, pág. 7.

Ante o exposto, de admito a impetração e denego a ordem habeas corpus.

É como voto."

Como visto, o eg. Tribunal de origem, ao analisar o **habeas corpus** originário, consignou existirem elementos suficientes para a continuidade da ação penal, salientando a presença, ao menos em tese, da materialidade e da autoria delitivas, bem como ausentes quaisquer causas que justificassem o trancamento da ação penal na via do **mandamus**.

Destaca-se, nesse sentido, o que foi consignado na exordial acusatória a corroborar a constatação da eg. Corte distrital da presença de indícios mínimos de autoria e materialidade no caso em tela, a justificar a continuidade da citada ação penal (fl. 23 - grifei):

Superior Tribunal de Justiça

"Restou apurado que acusado e vítima mantiveram relacionamento amoroso, daí surgindo, inclusive, uma filha, contudo, estavam em franca divergência.

A vítima, por sua vez, teve uma filha de outro relacionamento e esta foi assassinada, cuja autoria é apontada para o denunciado.

A animosidade era patente.

Assim foi que, no dia do fato, o denunciado compareceu à casa da vítima e começou a proferir as seguintes palavras: "porque você não morre logo, a culpa é sua, foi você que matou ela, se você tivesse reatado comigo, nós estávamos criando nossos filhos, acaba logo com isso, se mata logo, você não é uma boa mãe", fazendo penetrar-lhe à mente a ideia de autodestruição.

Movida pelas palavras e ideias lançadas pelo denunciado, a vítima animou-se ao suicídio, jogando líquido inflamável em seu corpo e ateando fogo."

Desse modo, não se mostra possível, neste momento, discordar das instâncias ordinárias, principalmente na estreita via do **habeas corpus**, ou recurso em **habeas corpus**, e vislumbrar motivação plausível a justificar o trancamento da citada ação penal por ausência de justa causa.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso ordinário em **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator